

11

ISSN 1414-0640

Série Documental
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Carolina Pingret de Sousa
Fábio Costa Andrade
James Richard Silva Santos
João Vicente Pereira
Jorge Rondelli da Costa
Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant
Marcos Ruben de Oliveira
Roxana Maria Rossy Campos
Vanessa Néspoli de Oliveira

MEC

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Carolina Pingret de Sousa
Fábio Costa Andrade
James Richard Silva Santos
João Vicente Pereira
Jorge Rondelli da Costa
Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant
Marcos Ruben de Oliveira
Roxana Maria Rossy Campos
Vanessa Néspoli de Oliveira*

* Técnicos da Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE) do Inep. Os autores agradecem a Tatiana Feitosa de Britto, Dulcídio Siqueira Neto e Carmilva Souza Flores pelos valiosos comentários e sugestões.

Brasília (DF)
2002

DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

COORDENAÇÃO-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES
Antonio Danilo Morais Barbosa

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL
Antonio Fernandes Secchin

EDITOR
Jair Santana Moraes

REVISÃO
Antonio Bezerra Filho
Rosa dos Anjos Oliveira

ARTE-FINAL
Márcia Terezinha dos Reis

TIRAGEM
2.000 exemplares

EDITORIA
Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61) 224-7092, 321-7376
Fax: (61) 224-4167
e-mail: editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO
Cibec/Inep – Centro de Informações e Biblioteca em Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fone: (61) 323-3500
e-mail: cibec@inep.gov.br
<http://www.inep.gov.br>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro / Carlos Eduardo Moreno Sampaio ... [et al.] – Brasília: Inep, 2002.
35 p. (Série Documental. Texto para discussão, 11)

1. Sistema educacional. 2. Ensino fundamental. 3. Idade escolar. I. Sampaio, Carlos Eduardo Moreno. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. III. Série.

CDU 371.52

SUMÁRIO

Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro

RESUMO	5
INTRODUÇÃO	5
ONDE ESTÃO OS ALUNOS DE 15 ANOS DE IDADE NO BRASIL?	10
AS DIFERENÇAS REGIONAIS	14
DIFERENÇAS ENTRE CAPITAL E INTERIOR	17
A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL REVELADA PELA REDE PRIVADA	19
ESTUDO DE CASOS: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), JEQUITINHONHA (MG), VILHENA (RO), PILÃO ARCADO (BA) E SOBRAL (CE)	22
Região Sudeste <i>versus</i> São José dos Campos (SP) e Jequitinhonha (MG)	26
Região Nordeste <i>versus</i> Pilão Arcado (BA) e Sobral (CE)	29
Região Norte <i>versus</i> Vilhena (RO)	32
CONCLUSÃO	33

Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro

Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Carolina Pingret de Sousa, Fábio Costa Andrade, James Richard Silva Santos, João Vicente Pereira, Jorge Rondelli da Costa, Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant, Marcos Ruben de Oliveira, Roxana Maria Rossy Campos, Vanessa Néspoli de Oliveira

RESUMO

Aborda o grande desafio que o Brasil está enfrentando para a solução do baixo sincronismo idade/série nos ensinamentos fundamental e médio regulares. A produtividade do sistema educacional brasileiro, embora tenha apresentado melhoria significativa nos últimos anos, ainda é tímida. Se, por um lado, o Brasil conseguiu avanços expressivos ao atingir altos índices de atendimento escolar, por outro lado, o maior desafio está em fazer com que os estudantes alcancem as séries superiores e concluam, pelo menos, os oito anos de escolaridade obrigatória em maior número e em menor tempo, sem, obviamente, abrir mão da qualidade de ensino oferecido.

INTRODUÇÃO

A participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)¹ permitiu situar o desempenho dos alunos brasileiros de 15 anos no contexto internacional. A proposta do Pisa parte do pressuposto de que, ao se avaliar os alunos com 15 anos de idade, seriam avaliados os alunos que, em sua grande maioria, teriam terminado pelo menos oito anos de escolaridade obrigatória. De fato, nos países participantes do Pisa, quase todos desenvolvidos, existe um forte sincronismo entre idade e anos

de escolaridade. Desta forma, ao se eleger a população de estudantes de 15 anos, ter-se-ia, quase em sua totalidade, um contingente com, pelo menos, oito anos completos de estudo.

Este artigo busca mostrar o grande desafio que o Brasil está enfrentando, pois, diferentemente da grande maioria dos países participantes do Pisa, a idade, no caso brasileiro, ainda não apresenta uma correspondência satisfatória com anos de escolaridade. Muitas pesquisas têm revelado ser o Brasil um país com grandes desigualdades regionais, e a análise aqui apresentada traz à tona, mais uma vez, essas evidências. Por outro lado, há uma boa notícia: alguns municípios pequenos e médios do Norte e Nordeste parecem ter o entendimento claro do desafio a ser vencido e estão caminhando a passos largos na melhoria da produtividade² de seus sistemas de ensino. Outra questão analisada foi a grande distância que ainda separa as redes públicas e privada e, em alguns casos, as disparidades entre as próprias redes públicas.³

Nos últimos anos, o Brasil conseguiu um feito histórico. Com políticas de inclusão, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o “Bolsa Escola”, o País atingiu altos índices de atendimento escolar,⁴ com cerca de 97% das suas crianças de 7 a 14 anos na escola (Tabela 1).

¹ Pesquisa internacional que visa aferir as habilidades e competências necessárias à vida moderna, dos estudantes de 15 anos dos países participantes. Trata-se de um programa coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização global que visa ajudar os governos-membros a desenvolverem melhores políticas nas áreas econômicas e sociais.

² *Produtividade* refere-se à quantidade de alunos que conseguem concluir os níveis/modalidades de ensino, num intervalo de tempo considerado adequado. O seu conceito não deve ser confundido com *qualidade*.

³ As redes públicas tratadas no artigo envolvem as redes federal, estaduais e municipais.

⁴ Taxa de Atendimento Escolar estabelece o percentual da população de determinada faixa etária que está freqüentando a escola, independentemente do nível/modalidade de ensino.

**Tabela 1 – Taxa de atendimento escolar
Brasil – 1991-99**

Faixa etária	Anos			
	1991	1994	1998	1999
7 a 14 anos	89,0	92,7	95,8	97,0
15 a 17 anos	62,3	68,7	81,1	84,5

Fonte: MEC/Inep e IBGE.

É consenso entre os especialistas que a parcela da população incorporada ao sistema educacional nesse esforço nacional pertence às camadas menos favorecidas da sociedade, que, aliás, já vinham apresentando grande participação no sistema educacional,

evidenciando o entendimento de que a escolaridade é uma forma de ascensão social.

Vale ressaltar ainda a estabilidade demográfica do Brasil, com sua taxa de fecundidade total⁵ de 2,33 para 1999 e uma coorte de 7 anos gravitando em torno de 3,3 milhões de crianças desde 1991 (Tabela 2).

**Tabela 2 – Taxa de fecundidade total e coorte de 7 anos
Brasil – 1991-99**

Anos	Taxa de fecundidade Total	Coorte de 7 anos
1991	2,73	3.392.977
1996	2,44	3.349.559
1999	2,33	3.252.879

Fonte: IBGE. *Censo demográfico* (1991) e *Projeções populacionais para o Brasil e grandes regiões* (1991-2020).

Considerando a escolaridade constitucionalmente obrigatória, de oito anos de duração,⁶ podemos ainda comparar o número de matrículas oferecidas pelo ensino fundamental com a população de 7-14 anos. Esse indicador, taxa de escolarização bruta⁷ do ensino fundamental,

apresenta um valor surpreendente, ou seja, aproximadamente 130% (Tabela 3). O excedente de 30% evidencia que o ensino fundamental regular brasileiro atende, em termos numéricos, um contingente bem maior do que a população que teoricamente deveria estar freqüentando esse nível de ensino (7 a 14 anos).

⁵ Representa a condição reprodutiva média das mulheres, sendo este o principal indicador da dinâmica demográfica. Taxas inferiores a 2,1 indicam fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional.

⁶ Anos de duração corresponde às séries concluídas.

⁷ Taxa de Escolarização Bruta é o porcentual da matrícula total em determinado nível de ensino em relação à população na faixa etária adequada a esse nível de ensino.

**Tabela 3 – Taxa de escolarização bruta
Brasil – 1991-99**

Níveis de ensino	Anos			
	1991	1994	1998	1999
Ensino fundamental	105,8	110,2	128,1	130,5
Ensino médio	40,8	47,6	68,1	74,8

Fonte: MEC/Inep e IBGE.

Nos últimos anos, o aumento dessa taxa sofreu influência da incorporação ao sistema da parcela da população que se encontrava fora da escola. Entretanto, fazendo uma análise histórica dos números da educação no Brasil, é fácil perceber que o grande vilão dessa situação é a ineficiência do sistema em produzir concluintes, ou seja, o acesso é quase universal, mas a progressão entre séries, com sucesso, historicamente sempre foi pífia, devido às altas

taxas de retenção. É inadmissível, em algumas redes de ensino, o convívio com taxas de repetência⁸ na 1ª série superiores a 40%, ano após ano, condenando a criança ao fracasso ainda no início da sua vida escolar (Tabela 4). Este é o grande desafio educacional brasileiro: melhorar as taxas de progressão entre séries, garantindo, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

**Tabela 4 – Ensino fundamental regular – Taxa de repetência por série
Brasil – 1995-99**

Anos	Taxa de repetência (%)								
	Ensino fundamental regular								
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
1995	30,2	45,5	32,2	23,5	19,1	33,6	27,4	22,8	17,9
1996	26,6	41,5	27,2	21,3	16,9	30,7	24,3	19,9	15,5
1997	23,4	40,3	24,0	17,5	14,4	25,8	19,4	16,4	13,4
1998	21,3	40,1	20,9	15,5	12,4	22,2	15,9	14,8	11,2
1999	21,6	39,3	21,4	15,7	13,1	23,0	16,7	15,9	14,6

Fonte: MEC/Inep.

Nota: (1) Corresponde à taxa média ponderada.

⁸Taxa de Repetência, calculada a partir do modelo de fluxo escolar, representa o percentual de alunos que estão repetindo determinada série no ano t em relação à matrícula nessa mesma série no ano t-1.

Em meio a um quadro onde o acesso escolar é praticamente universal e à adoção de medidas saneadoras da questão da distorção idade/série, com políticas de melhoria de fluxo escolar, promovendo uma revisão nos critérios de aprovação dos alunos – ou seja, no centro de um processo de mudança de

paradigma –, ocorreram as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb),⁹ em 1999. O resultado, como era de se esperar, foi a queda das médias, embora isso não tenha implicado uma mudança no nível de desempenho aferido pela escala de medida do Saeb (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução das médias de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio Brasil – 1995-99

Disciplinas/Níveis de ensino	Séries	Médias de desempenho		
		1995	1997	1999
Português				
Ensino fundamental	4ª série	188,2	186,5	170,7
	8ª série	256,0	250,0	232,9
Ensino médio	3ª série	290,0	283,9	266,6
Matemática				
Ensino fundamental	4ª série	190,6	190,8	181,0
	8ª série	253,2	250,0	246,4
Ensino médio	3ª série	281,9	288,7	280,3

Fonte: MEC/Inep.

Cabe a pergunta: a escola brasileira piorou? Os métodos sofisticados adotados na análise dos resultados do Saeb buscaram responder cientificamente a essa pergunta. Entretanto, é importante considerar que a partir da tentativa de diminuir a distorção idade/série, muitas classes de aceleração foram implantadas no País e, mesmo nas classes regulares, ocorreu

uma mudança nos critérios de promoção. Um resultado dessa política é que, pela primeira vez na história recente da educação no Brasil, o número de alunos de 5ª a 8ª série cresceu mais que os de 1ª a 4ª série, sinalizando a melhoria do fluxo escolar e, como conseqüência, um aumento na pressão de demanda sobre o ensino médio (Tabela 6).

⁹ Promovido pelo Inep/MEC, que tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas à educação básica. Além das provas, para medição do desempenho em várias disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outras), aplicadas aos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, utiliza questionários que coletam informações sobre os alunos, turmas, professores, diretores e escolas.

**Tabela 6 – Matrícula inicial no ensino fundamental e médio
Brasil – 1996-2001**

Anos	Ensino fundamental			Ensino médio
	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	
1996	33.131.270	20.027.240	13.104.030	5.739.077
1998	35.792.554	21.333.330	14.459.224	6.968.531
2000	35.717.948	20.211.506	15.506.442	8.192.948
2001	35.298.089	19.727.684	15.570.405	8.398.008

Fonte: MEC/Inep.

Aliado a isso, a incorporação de novos contingentes que se encontravam fora da escola deixa clara a diferença entre a população submetida ao exame do Saeb em 1999 e aquela, de antes das transformações, avaliada em 1997. Pode parecer um paradoxo estar defendendo a importância da melhoria do sincronismo idade/série e, ao mesmo tempo, apontar essa ação como um dos fatores que levaram a uma queda no desempenho escolar da educação básica. De fato, isso pode ter influenciado, mas esse resultado exige uma leitura mais minuciosa e aprofundada da questão Produtividade *versus* Qualidade. Particularmente, acreditamos que se há problemas com a qualidade do ensino oferecido à população, também há problema em se manter uma criança anos a fio na mesma série, submetida às mesmas práticas pedagógicas, fazendo com que as sucessivas derrotas diminuam sua motivação e auto-estima, contribuindo para que abandone o sistema educacional.

O desafio é melhorar o quadro de sincronismo idade/série sem abrir mão da qualidade de ensino. Sendo assim, é preciso levantar outras questões como: As escolas estão preparadas para esse desafio? As práticas pedagógicas consideram o contexto social dos alunos? As famílias têm assumido o seu papel? Esse parece ser um desafio não só de um

governo, mas de toda a sociedade brasileira. Temos que fazer hoje uma opção que viabilize o futuro que queremos. A questão está mais no “como fazer” ao invés do “o que fazer”. Cabe aos gestores das 5.589 redes de ensino do País, considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deu autonomia aos estados e municípios na organização dos seus sistemas educacionais, fomentar a participação, destinar os recursos necessários, deixar claro os desafios, dotar de infra-estrutura as unidades escolares, capacitar e reconhecer o trabalho dos docentes. Cabe aos docentes o desafio de motivar o aluno e ensinar com qualidade. Cabe à família maior participação no cotidiano escolar de seus filhos, apoiando-os e conscientizando-os da importância da educação formal, orientando-os para uma rotina de estudo. Trata-se de uma estratégia cuja responsabilidade compete, de maneira compartilhada, ao governo e à sociedade civil.

É verdade que o acesso à informação e às novas tecnologias e bens culturais, tais como computadores, Internet, jornais, teatro, cinema e revistas, não estão disponíveis a toda a população brasileira. Além da infra-estrutura básica, algumas dessas facilidades podem ser oferecidas pelas escolas, e, de fato, algumas já o são, como, por exemplo, biblioteca, computador, quadra de esportes e livro didático (Tabela 7).

**Tabela 7 – Ensino fundamental – Matrícula e porcentual de alunos atendidos em escolas com abastecimento de água, energia elétrica, biblioteca, quadra de esporte e laboratório de Ciências
Brasil – 1997-2000**

Anos	Matrícula inicial do ensino fundamental regular										
	Total	Abastecimento de água		Abastecimento de energia elétrica		Biblioteca		Quadra de esporte		Laboratório de Ciências	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1997	34.229.388	33.151.949	96,9	31.661.283	92,5	19.475.328	56,9	17.458.887	51,0	8.266.411	24,2
1998	35.792.554	34.923.242	97,6	33.182.420	92,7	20.274.743	56,6	17.802.096	49,7	7.971.415	22,3
1999	36.059.742	35.439.335	98,3	33.760.191	93,6	20.588.704	57,1	18.179.538	50,4	7.599.123	21,1
2000	35.717.948	35.241.576	98,7	33.727.855	94,4	20.862.982	58,4	18.204.873	51,0	7.342.142	20,6

Fonte: MEC/Inep

O tom realista deste artigo não impede que se tenha uma perspectiva otimista. Serão apresentados, a partir da estrutura etária, quem são os alunos que freqüentam o ensino fundamental no Brasil, em suas regiões geográficas, considerando as redes de ensino e, ainda, as localizações: capitais e interior. Com os estudos de caso, será mostrada a condição de sincronismo idade/série em cinco municípios brasileiros (um da região Norte, dois da Nordeste e dois da Sudeste), refletindo a singularidade local, contribuindo para a reflexão no estabelecimento de ações efetivas no caminho da melhoria da produtividade do sistema educacional brasileiro.

ONDE ESTÃO OS ALUNOS DE 15 ANOS DE IDADE NO BRASIL?

O sistema educacional brasileiro, até meados do século passado, era essencialmente público, de alta qualidade e extremamente elitizado. O reduzido número de escolas privilegiava a educação formal para um seleto grupo de famílias, que se orgulhava de ter seus filhos estudando, por exemplo, no Colégio Pedro II, localizado no município do Rio de Janeiro, antigo estado da Guanabara. Nessa época, a distorção idade/série praticamente não existia, os alunos de 15 anos encontravam-se matriculados

na série correta, já que a condição de reprovado, além de ser uma vergonha familiar, podia levar o aluno a ser convidado a se retirar da escola. Portanto, os alunos de 15 anos já eram portadores do diploma do antigo ginásio, o que corresponde hoje ao ensino fundamental completo. Se porventura tivéssemos uma avaliação dos nossos alunos pelo Pisa ou Saeb, talvez conseguíssemos índices comparáveis aos dos países mais desenvolvidos. Mas a questão era que somente uma pequena parcela dos brasileiros de 15 anos se encontravam freqüentando a escola.

Em meados da década de 70, o País buscou a expansão da rede física, com um movimento na direção da construção de escolas. Realmente, nessa época, esse era um grande problema nacional. Com isso, o “acesso à escola” começava a se democratizar, mas a vitória da conclusão da educação básica ainda era privilégio de poucos. A oferta de matrículas aumentou juntamente com a heterogeneidade da clientela, enquanto o processo didático-pedagógico continuou o mesmo do período anterior, sem sofrer as adaptações necessárias ao novo perfil dos alunos que estavam chegando às escolas. Teve início o tempo da retenção nas séries iniciais do ensino fundamental, e os nossos alunos de 15 anos começaram a sofrer o atraso escolar. Sérgio Costa Ribeiro denominou essa

cultura de “pedagogia da repetência”. A taxa de distorção idade/série¹⁰ atingiu valores

absurdos, chegando a 76,2% em 1982. Em 1996, essa taxa cairia para 47% (Tabela 8).

**Tabela 8 – Taxa de distorção idade/série
Brasil – 1996-2001**

Anos	Ensino fundamental									Ensino médio			
	Total	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	Total	1 ^a	2 ^a	3 ^a
1996	47,0	40,0	44,1	46,4	46,6	55,6	53,2	49,2	...	55,0	57,7	54,6	51,0
1998	47,2	40,7	44,0	44,5	45,7	54,3	52,5	52,0	50,6	53,9	56,4	52,8	51,3
2000	41,7	27,8	35,7	41,6	42,5	50,4	47,5	48,6	48,6	54,9	57,6	54,3	51,5
2001	39,1	25,3	31,9	38,0	39,4	50,0	45,0	45,5	45,7	53,3	56,0	51,6	50,8

Fonte: MEC/Inep.

Também no ano de 1982, somente 12% da matrícula do ensino médio correspondia a alunos com até 15 anos de idade, e, entre os concluintes, menos de 41% dos que recebiam o certificado de conclusão estavam com a idade teoricamente adequada, ou seja, com 18 anos ou menos.

Esse quadro se manteve até meados da década de 90, quando a educação começou a ser repensada e passou por um profundo processo de reforma. Em 1994, apesar do atendimento escolar na faixa de 7 a 14 anos já apresentar um percentual próximo da universalização, em torno de 92,7%, grande parte dos alunos não conseguia alcançar a conclusão do ensino. Com as modificações do quadro econômico mundial, decorrente, entre outros fatores, dos efeitos da globalização, o Brasil necessitava de uma mudança no seu sistema educacional, que propiciasse à sociedade condições de integração num mercado mais competitivo e permitisse elevar sua condição socioeconômica com dignidade e sustentabilidade. Na posição de oitava economia do

mundo, em 1995, a população brasileira ainda apresentava uma escolaridade média baixa. Na faixa de 15 a 17 anos ela era de 5,4 anos de estudo, ou seja, em média, nossos alunos de 15 anos ainda não haviam concluído nem mesmo o ensino fundamental.

A partir de 1997 foram iniciados vários programas no sentido de solucionar essa questão, na busca de um aumento da escolaridade de nossa população. A criação do Fundef e de programas como o das “Classes de Aceleração”, aliado ao do “Livro Didático”, “Merenda Escolar”, “Bolsa Escola”, entre outros, definiram ações para a manutenção do aluno na escola, contribuindo para minorar os problemas de distorção idade/série.

O efeito dessas ações, implementadas de forma sincronizada pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), já pode ser verificado ao compararmos a distribuição da matrícula dos alunos com 15 anos de idade, no ensino fundamental e médio regular, para os anos de 1998 e 2001 (Gráfico 1).

¹⁰ A taxa de distorção idade/série permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontram com idade superior à recomendada. Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a idade e a série que o aluno frequenta. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino fundamental e a de 14 para a sua conclusão. Logo, a idade adequada para o ingresso no ensino médio seria de 15 anos de idade e a conclusão se daria aos 17 anos. O Censo Escolar obtém a informação sobre a idade dos alunos a partir do seu ano de nascimento. Dessa forma, a taxa de distorção idade/série é expressa pelo quociente entre o número de alunos da série k que no ano t completam $(i + 2)$ anos de idade ou mais (nascimento antes do ano $[t - (i + 1)]$) e a matrícula total nessa mesma série, onde i é a idade teoricamente adequada para essa série. A justificativa desse critério é que os alunos nascidos no ano $[t - (i + 1)]$ completam $(i + 1)$ anos no ano t e, portanto, em algum momento desse ano (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) ainda permanecem com i anos. Esse critério considera que esses alunos se encontram com a idade adequada, enquanto os que nasceram depois do ano $[t - (i + 1)]$ completam no ano t i anos ou menos de idade.

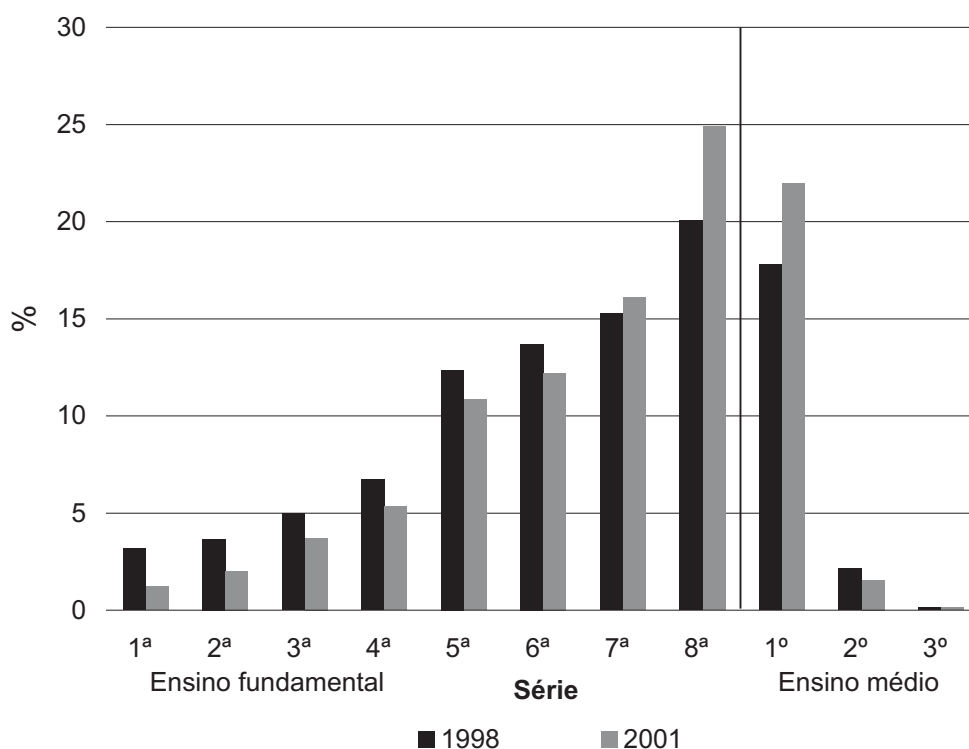


Gráfico 1 – Distribuição porcentual dos alunos de 15 anos de idade na educação básica Brasil – 1998/2001

Fonte: MEC/Inep

Em 1999, a idade mediana de conclusão dos alunos do ensino fundamental se

apresentava em 16 anos e no ensino médio, em 20 anos (Tabela 9).

Tabela 9 – Idade mediana de conclusão Brasil – 1999

Redes	Ensino fundamental			Ensino médio		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
Total	16	16	17	20	20	20
Pública	17	16	17	20	20	20
Particular	15	15	15	19	19	19

Fonte: MEC/Inep.

O sincronismo idade/série teoricamente ideal estabelece que os alunos com 15 anos de idade devem estar cursando a 1ª série do ensino médio. No entanto, segundo o Censo Escolar 2001, dos 3.277.206 alunos com 15 anos de

idade, cerca de 76% ainda se encontravam no ensino fundamental. Apesar desse quadro bastante preocupante, a situação já esteve pior. Em 1998, esse percentual correspondia a cerca de 80% (Gráfico 2).

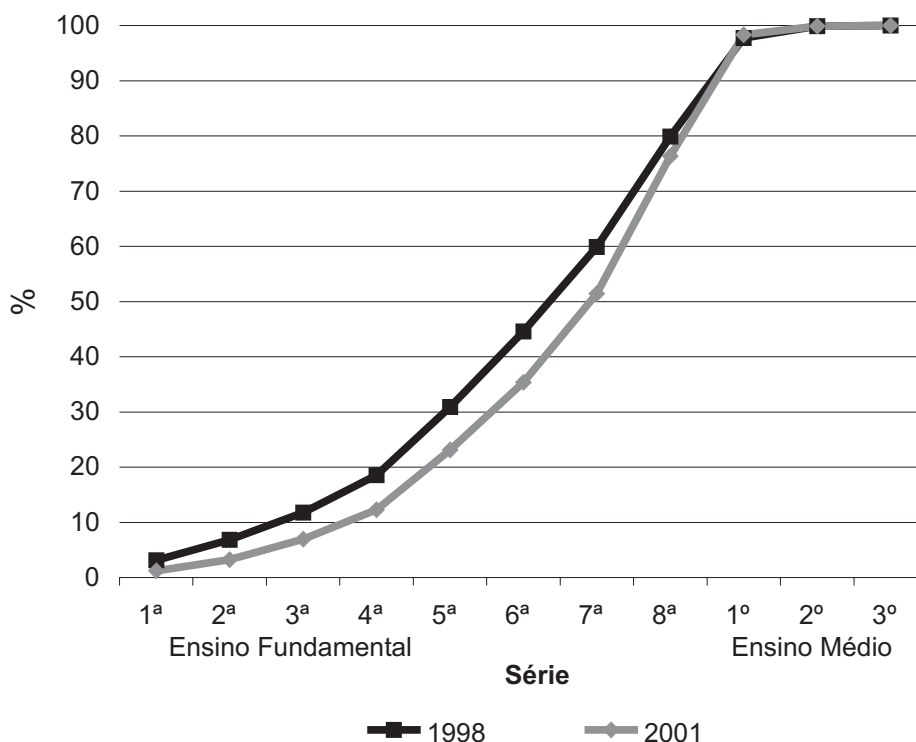


Gráfico 2 – Distribuição percentual acumulada dos alunos de 15 anos na educação básica

Fonte: MEC/Inep.

É importante o entendimento de que a mudança do quadro educacional brasileiro é lento e gradativo, envolvendo o movimento de um contingente de aproximadamente 44 milhões de alunos. Pensando assim, o ganho de 3 pontos percentuais em três anos torna-se algo significativo, apesar de ainda não ser suficiente para esvaziar o represamento de décadas causado pela retenção dos alunos no ensino fundamental. Como era esperado, a atuação das classes de aceleração concentrou-se nas séries iniciais do ensino fundamental, onde se encontra o maior represamento das matrículas, e é justamente nessas séries que podemos verificar os efeitos mais representativos na busca do sincronismo idade/série. Em 1998 a 1ª série apresentou 4% da sua matrícula composta por alunos com 15 anos de idade, já em 2001 essa participação passou para aproximadamente 1%.

A mesma tendência de retração dessa participação pode ser observada até a 6ª série do ensino fundamental. Entretanto, como estamos tratando de um fluxo escolar, os resultados do processo de melhoria do sincronismo idade/série ainda são parciais, ou seja, a correção da distorção idade/série nas séries iniciais vai gradualmente desaguando seus alunos nas séries subseqüentes. Hoje encontramos as séries finais do ensino fundamental apresentando um aumento na participação dos alunos de 15 anos ou mais de idade.

Será que o tratamento adotado não está sendo adequado? Será que a distorção idade/série do sistema educacional brasileiro é um mal sem cura? Evidentemente, não. O aumento na participação de matrículas com problemas de

distorção idade/série nas séries finais faz parte do movimento de correção. Trata-se de um saneamento gradativo. Ao compararmos a taxa de distorção idade/série calculada para o grupo de 1ª a 4ª série do ensino fundamental nos anos de 1996 e 2001, observa-se uma queda de 10 pontos percentuais. Enquanto em 1996 essa taxa estava em 43,8%, em 2001 chegou em 33%. A mesma tendência é verificada no grupo de 5ª a 8ª série, que passou de 53,1% para 46,8% em 2001.

Dessa forma, verifica-se que, apesar de os nossos alunos de 15 anos ainda estarem concentrados no ensino fundamental, é clara a tendência do fluxo escolar no sentido de assegurar-lhes a conclusão desse nível de ensino, liberando-os para os demais graus de escolaridade e profissionalização.

AS DIFERENÇAS REGIONAIS

Em termos nacionais, em 2001, 75,6% dos alunos com 15 anos de idade, que deveriam estar cursando a 1ª série do ensino médio, ainda estavam freqüentando o ensino fundamental. Analisando este percentual por região, confirma-se a existência de dois “Brasis”, com problemas parecidos mas com diferentes níveis de gravidade: de um lado, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, de outro, as Regiões Sul e Sudeste, numa condição melhor. O sincronismo idade/série é melhor na Região Sul, que tinha o menor percentual de alunos de 15 anos freqüentando o ensino fundamental, em torno de 58,2%, e no outro extremo, a Região Nordeste, com 88,8% dos seus alunos ainda nesse nível de ensino (Tabela 10).

A análise histórica, porém, permite observar melhora nos resultados, ao compararmos com as estatísticas do ano de 1998.

Tabela 10 – Percentual de alunos com 15 anos de idade matriculados no ensino fundamental Brasil e regiões geográficas – 1998-2001

Regiões geográficas	Anos		
	1998	2000	2001
Brasil	79,7	77,7	75,6
Norte	91,0	89,3	88,1
Nordeste	91,4	90,3	88,8
Sudeste	74,6	70,8	68,4
Sul	61,5	61,3	58,2
Centro-Oeste	80,1	77,5	75,3

Fonte: MEC/Inep.

As diferenças regionais, quanto à melhoria do sincronismo idade/série, também podem ser observadas com base nas taxas de distorção idade/série (Tabela 11). As Regiões Sul e Sudeste são as que apresentam os melhores resultados para o ensino fundamental em 2001. Neste mesmo período, a Região Sudeste apresentou queda nessa taxa, passando de 34,4% para 24,0%. Para as Regiões Norte e Nordeste

também se observa uma melhoria, apesar dos patamares iniciais estarem bem mais elevados que os das demais regiões, ou seja, 65,1% em 1998 e 57,1% em 2001 para o Nordeste e, respectivamente, 62,0% e 52,9%, para o Norte. Na Região Centro-Oeste, a distorção idade/série, que estava em 46,2% em 1998, passou para 38,0% em 2001.

**Tabela 11 – Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental
Brasil e regiões geográficas – 1996-2001**

Regiões geográficas	Anos			
	1996	1998	2000	2001
Brasil	47,0	47,2	41,7	39,1
Norte	62,3	62,0	55,6	52,9
Nordeste	65,7	65,1	59,8	57,1
Sudeste	34,8	34,4	27,0	24,0
Sul	27,2	26,5	23,5	21,6
Centro-Oeste	47,1	46,2	40,9	38,0

Fonte: MEC/Inep.

Ao analisar-se a frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular por idade em 2001 (Tabela 12), evidencia-se, mais uma vez, as diferenças regionais. Nas Regiões Sul e Sudeste, cerca de 90% da matrícula inicial correspondem a alunos de até 8 anos de idade. Esse mesmo percentual, para as Regiões Centro-Oeste e Norte somente é atingido, respectivamente, nas idades de até 10 e 12 anos, enquanto que na Região Nordeste esse percentual só é atingido na idade de até 15 anos.

Esse quadro demonstra que o problema da falta do sincronismo idade/série tem início já na 1ª série do ensino fundamental, com intensidade desigual entre as regiões geográficas do País. Apesar da situação ainda exigir esforços conjugados entre as esferas de governo para a melhoria do problema, já são perceptíveis os avanços conseguidos pelas políticas educacionais implementadas, quando se compara com os resultados do ano de 1998.

**Tabela 12 – Distribuição da frequência relativa acumulada da matrícula inicial
na 1ª série do ensino fundamental regular por idade
Brasil e regiões geográficas – 1998/2001**

Idade	Frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular (%)											
	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
≤7	38,1	51,4	26,5	36,0	26,7	39,7	49,5	63,1	73,6	75,1	51,1	58,9
8	61,8	74,7	48,8	61,3	45,9	61,1	85,3	90,0	89,5	92,0	74,9	82,5
9	72,7	82,8	63,4	74,5	59,3	71,9	91,7	94,3	94,9	96,5	84,7	89,4
10	80,1	87,4	73,9	82,5	69,4	78,5	94,8	96,4	97,2	98,1	90,0	92,3
11	85,2	90,3	81,3	87,8	76,7	82,9	96,4	97,4	98,4	98,9	93,0	93,9
12	88,9	92,2	86,6	91,2	82,2	85,9	97,3	98,0	99,1	99,2	94,9	94,8
13	91,6	93,6	90,5	93,6	86,5	88,0	97,9	98,4	99,5	99,5	96,2	95,4
14	93,6	94,5	93,2	95,2	89,6	89,6	98,2	98,6	99,7	99,6	97,1	95,8
15	95,0	95,2	95,0	96,2	91,9	90,8	98,5	98,7	99,8	99,7	97,6	96,1
>15	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Inep.

A questão da distorção idade/série no ensino fundamental considerada na ótica do fluxo dos alunos, apesar da tendência positiva na direção do sincronismo, pode influenciar, num primeiro momento, na distribuição da matrícula no ensino médio, em termos da demanda para o turno noturno (Tabela 13 e Gráfico 3). A existência de alunos com idade superior à adequada no ensino fundamental regular pode produzir um aumento na demanda de matrículas no turno noturno do ensino médio, como consequência da necessidade que o jovem tem, sobretudo o de baixa renda, de entrar no mercado de trabalho.

Em 2001, as matrículas do ensino médio regular no turno noturno representavam 51,8%

do total de matrículas, muito acima do percentual de alunos matriculados nesse mesmo turno no ensino fundamental, que era da ordem de 9,7%. Comparando-se as regiões geográficas, verifica-se, no caso do ensino médio, uma certa homogeneidade nos resultados, que refletem uma variação de 10 pontos percentuais entre a Região Sul, com 47,2% de seus alunos no turno noturno, e a Região Norte, com 57,5%. Já para o ensino fundamental, a análise regional apresenta um certo desequilíbrio. A Região Sul concentrava apenas 3,1% de suas matrículas no turno noturno, enquanto que, na Região Nordeste, o percentual era de 16,3%.

Tabela 13 – Percentual de alunos matriculados no turno noturno no ensino básico Brasil e regiões geográficas – 1996-2001

Regiões geográficas	Ensino fundamental				Ensino médio			
	1996	1998	2000	2001	1996	1998	2000	2001
Brasil	10,9	11,6	10,8	9,7	56,1	54,8	53,4	51,8
Norte	9,6	8,9	8,6	7,0	60,9	60,8	59,5	57,5
Nordeste	13,0	15,2	16,9	16,3	54,2	52,9	53,0	53,3
Sudeste	10,6	10,6	7,3	5,5	59,5	56,5	54,3	52,1
Sul	5,8	5,9	3,8	3,1	46,0	49,9	49,2	47,2
Centro-Oeste	13,7	13,2	13,6	12,3	57,0	54,4	50,8	48,7

Fonte: MEC/Inep

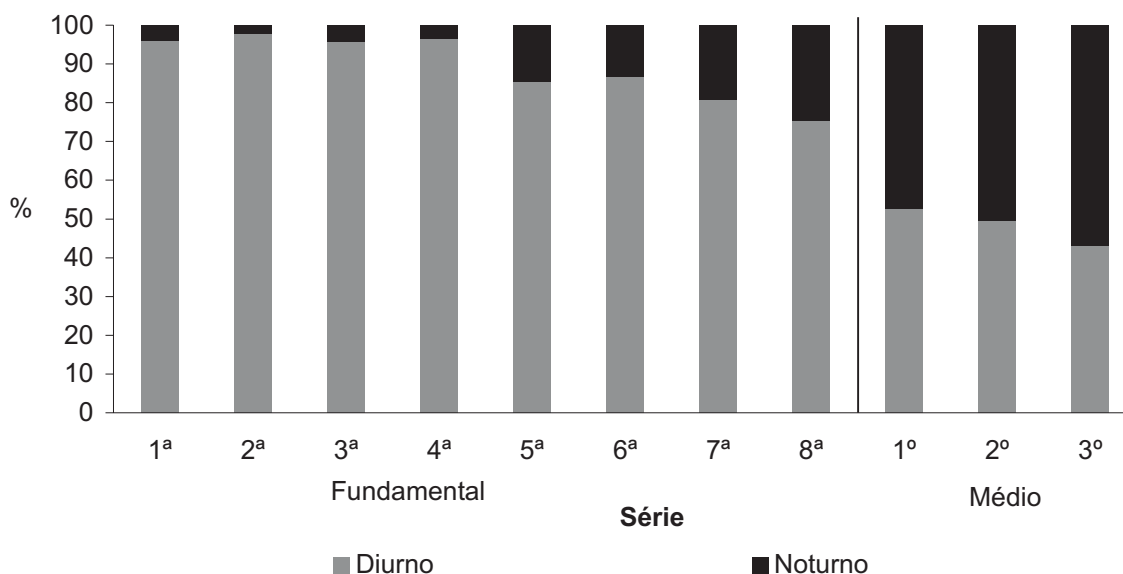


Gráfico 3 – Percentual de alunos matriculados por série, segundo o turno, ensino fundamental e médio no Brasil – 2001

Fonte: MEC/Inep

DIFERENÇAS ENTRE CAPITAL E INTERIOR

A condição privilegiada das capitais, em função não apenas da proximidade física dos centros de decisão, como também pelo nível de desenvolvimento e de recursos disponíveis, mostra que, para essas, a situação educacional, no que diz respeito ao sincronismo idade/série, se apresenta mais otimista quando comparada com os municípios do interior (Tabela 14).

Nas capitais, 70,1% dos alunos de 15 anos, que deveriam estar cursando a 1ª série do ensino médio, estavam freqüentando o ensino fundamental em 2001, percentual menor que os 75,6% registrados quando se analisa este indicador para todo o País. Nos municípios do

interior esse percentual sobe para 77,2%. Em 1998, esses percentuais eram de 73,7% para a capital e 81,6% para o interior. Isso pode mostrar, numa primeira análise, que o resultado das políticas públicas na busca da melhoria do sincronismo idade/série no ensino fundamental mostra-se mais efetivo nos municípios das capitais. Porém, devemos levar em consideração que, quando falamos dos municípios do interior, estamos nos referindo a 5.534 municípios, com políticas educacionais e administrações próprias e, certamente, diferenciadas, além de condições socioeconômicas bastante desiguais. Sendo assim, por tratar-se de um conjunto bastante heterogêneo, os indicadores agregados dos municípios do interior podem ser polarizados por situações extremas, encobrendo inúmeras situações individuais de êxito.

Tabela 14 – Percentual de alunos com 15 anos de idade matriculados no ensino fundamental Brasil – Capital e interior – 1998-2001

Localização	Anos		
	1998	2000	2001
Brasil	79,7	77,7	75,6
Capital ⁽¹⁾	73,7	71,9	70,1
Interior ⁽²⁾	81,6	79,4	77,2

Fonte: MEC/Inep.

Notas:

⁽¹⁾ São consideradas as 26 capitais e o Distrito Federal, incluindo todas as dependências administrativas.

⁽²⁾ São considerados todos os municípios do País (exceto as capitais e o Distrito Federal), incluindo todas as dependências administrativas.

As diferenças entre capital e interior podem ser também observadas com base nas taxas de distorção idade/série (Tabela 15). A sua medida para o ensino fundamental, de 33,2% na capital é menor que a do interior, que foi de 40,5%

em 2001. Apontando para a melhoria do quadro educacional, verifica-se que essas taxas vêm decrescendo ao longo do tempo, ao comparar-se com os percentuais apurados para o ano de 1996.

**Tabela 15 – Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental
Brasil – Capital e interior – 1996-2001**

Localização	Anos			
	1996	1998	2000	2001
Brasil	47,0	47,2	41,7	39,1
Capital ⁽¹⁾	41,6	41,0	35,6	33,2
Interior ⁽²⁾	48,5	48,8	43,2	40,5

Fonte: MEC/Inep.

Notas:

⁽¹⁾ São consideradas as 26 capitais e o Distrito Federal, incluindo todas as dependências administrativas.

⁽²⁾ São considerados todos os municípios do País (exceto as capitais e o Distrito Federal), incluindo todas as dependências administrativas.

Mais uma evidência das diferenças entre capital e interior pode ser atestada quando se analisa a frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental, por idade, para essas

localizações. Em 2001, na capital, cerca de 90% da matrícula inicial correspondem a alunos de até 10 anos de idade. Esse mesmo percentual, para o interior, somente é atingido na idade de 12 anos (Tabela 16).

**Tabela 16 – Distribuição da frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular por idade
Brasil – Capital e interior – 1998/2001**

Idade	Frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular (%)					
	Brasil		Capital ⁽¹⁾		Interior ⁽²⁾	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001
≤7	38,1	51,4	44,8	55,0	37,0	50,6
8	61,8	74,7	74,4	83,5	59,7	72,8
9	72,7	82,8	83,7	89,3	70,8	81,5
10	80,1	87,4	88,8	92,5	78,6	86,4
11	85,2	90,3	91,9	94,3	84,0	89,5
12	88,9	92,2	93,8	95,4	88,0	91,6
13	91,6	93,6	95,1	96,1	91,0	93,1
14	93,6	94,5	96,0	96,5	93,2	94,1
15	95,0	95,2	96,6	96,8	94,8	94,8
>15	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Inep.

Notas:

⁽¹⁾ São consideradas as 26 capitais e o Distrito Federal, incluindo todas as dependências administrativas.

⁽²⁾ São considerados todos os municípios do País (exceto as capitais e o Distrito Federal), incluindo todas as dependências administrativas.

Considerada na ótica do fluxo de alunos, a distorção idade/série pode influenciar na distribuição da matrícula no ensino médio, em termos da demanda para os turnos diurno e noturno nas capitais e no interior, da mesma forma como já foi anteriormente analisada comparando-se as regiões geográficas (Tabela 17). Em 2001, a capital possuía 44,2% da

matrícula de alunos no turno noturno, e o interior apresentava o percentual de 54%. Pode-se inferir que a análise feita quando comparada às diferenças regionais possa ser aplicada para o estudo das diferenças entre capital e interior com relação à necessidade que o jovem tem de entrar precocemente no mercado de trabalho.

**Tabela 17 – Porcentual de alunos matriculados no turno noturno na educação básica
Brasil – Capital e interior – 1996-2001**

Localização	Ensino fundamental				Ensino médio			
	1996	1998	2000	2001	1996	1998	2000	2001
Brasil	10,9	11,6	10,8	9,7	56,1	54,8	53,4	51,8
Capital ⁽¹⁾	9,9	11,0	10,3	9,1	46,6	45,5	45,7	44,2
Interior ⁽²⁾	11,1	11,8	10,9	9,8	60,4	58,8	56,5	54,0

Fonte: MEC/Inep.

Notas:

⁽¹⁾ São consideradas as 26 capitais e o Distrito Federal, incluindo todas as dependências administrativas.

⁽²⁾ São considerados todos os municípios do País (exceto as capitais e o Distrito Federal), incluindo todas as dependências administrativas.

A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL REVELADA PELA REDE PRIVADA

As desigualdades também podem ser observadas quando, além da desagregação por regiões geográficas, capitais e interior, considera-se, separadamente, as redes pública (federal, estadual e municipal) e privada.

O sincronismo idade/série se apresenta muito maior na rede privada de ensino do que na rede pública (Tabela 18). Na rede privada, apenas 41,2% dos alunos de 15 anos, que deveriam estar cursando a 1ª série do ensino médio, estavam freqüentando o ensino fundamental em 2001. Na rede pública, considerando conjuntamente as dependências administrativas federal, estadual e

municipal, a situação muda de patamar, atingindo o percentual de 79,7%. No caso específico da rede municipal, a situação se agrava ainda mais, pois 98,7% dos alunos de 15 anos se encontravam ainda matriculados no ensino fundamental. A condição da rede federal de ensino merece destaque especial, já que apenas 20,2% dos seus alunos com 15 anos de idade estavam ainda cursando esse nível de ensino, apontando para um nível privilegiado em termos de sincronismo idade/série, quando comparado com as demais redes. Porém, essa rede, em função do pequeno número de estabelecimentos e por deter apenas 0,08% do total das matrículas nesse nível de ensino, talvez tenha um perfil diferenciado de clientela, em função de processos seletivos específicos para o ingresso do aluno.

Tabela 18 – Percentual de alunos com 15 anos de idade matriculados no ensino fundamental por dependência administrativa Brasil – 1998-2001

Dependência administrativa	Anos		
	1998	2000	2001
Brasil	79,7	77,7	75,6
Pública	83,9	81,8	79,7
Federal	16,7	19,2	20,2
Estadual	77,9	74,0	70,8
Municipal	98,5	98,8	98,7
Privada	45,8	43,1	41,2

Fonte: MEC/Inep.

A característica socioeconômica dos alunos que freqüentam a rede privada faz com que esta detenha as menores taxas de distorção idade/série em todas as grandes regiões brasileiras, chegando na Região Sul a ser de apenas 3,2%,

enquanto a Região Nordeste apresentava um percentual de 13,1% (Tabela 19). As redes estadual e municipal apresentavam taxas bem mais elevadas, chegando a rede municipal na Região Nordeste a apresentar taxa de 60,1%.

Tabela 19 – Ensino fundamental – Taxa de distorção idade/série por rede de ensino Brasil e regiões geográficas – 2001

Regiões geográficas	Redes de ensino		
	Privada	Estadual	Municipal
Brasil	7,9	39,3	44,7
Norte	10,9	52,6	56,8
Nordeste	13,1	62,4	60,1
Sudeste	5,7	26,3	26,7
Sul	3,2	26,4	19,7
Centro-Oeste	6,4	43,3	38,5

Fonte: MEC/Inep.

As diferenças entre as redes de ensino também podem ser destacadas pela freqüência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental, por idade (Tabela 20). Em 2001, na rede privada, 95% da

matrícula inicial é composta por alunos de até 8 anos de idade, indicando um elevado sincronismo idade/série. Na rede pública, os alunos com idade até 8 anos formam um contingente de apenas 73,0%.

**Tabela 20 – Distribuição da frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular, por idade, segundo a dependência administrativa
Brasil – 1998/2001**

Idade	Frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular (%)											
	Brasil		Pública								Privada	
			Total		Federal		Estadual		Municipal			
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
≤7	38,1	51,4	36,1	49,8	44,6	54,9	43,8	55,4	32,9	47,9	66,8	71,3
8	61,8	74,7	59,7	73,0	80,2	94,0	72,2	80,1	54,5	70,6	91,7	95,0
9	72,7	82,8	71,1	81,6	87,7	98,0	81,4	86,8	66,7	79,8	95,9	98,0
10	80,1	87,4	78,8	86,5	91,4	98,9	87,0	90,3	75,4	85,2	97,6	98,9
11	85,2	90,3	84,2	89,6	94,6	99,3	90,6	92,3	81,5	88,7	98,5	99,3
12	88,9	92,2	88,1	91,7	96,7	99,6	93,0	93,6	86,1	91,0	98,9	99,5
13	91,6	93,6	91,1	93,1	98,0	99,7	94,6	94,4	89,6	92,6	99,3	99,6
14	93,6	94,5	93,2	94,1	98,9	99,8	95,7	95,0	92,1	93,8	99,4	99,7
15	95,0	95,2	94,7	94,8	99,5	99,9	96,5	95,4	93,9	94,6	99,6	99,7
>15	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Inep.

Como visto anteriormente, a distorção idade/série pode influenciar na distribuição da matrícula no ensino médio, em termos de pressão da demanda para o turno noturno nas redes de ensino, como já analisado quando comparamos dados de capitais com o interior (Tabela 21). Em 2001, a rede privada do ensino médio tinha

apenas 13,5% dos alunos no turno noturno, enquanto na rede pública esse percentual era de 57%. Estes dados podem corroborar a hipótese da necessidade da entrada precoce do jovem estudante da rede pública de ensino no mercado de trabalho, em função do seu perfil socioeconômico.

**Tabela 21 – Porcentual de alunos matriculados no turno noturno na educação básica por dependência administrativa
Brasil – 1996-2001**

Dependência administrativa	Ensino fundamental				Ensino médio			
	1996	1998	2000	2001	1996	1998	2000	2001
Brasil	10,9	11,6	10,8	9,7	56,1	54,8	53,4	51,3
Pública	12,0	12,7	11,8	10,6	63,4	61,7	59,3	57,0
Federal	0,8	1,0	0,3	0,1	23,7	21,0	17,5	12,0
Estadual	14,4	15,3	13,1	11,3	63,7	61,9	59,5	57,3
Municipal	7,9	9,8	10,6	10,0	73,4	73,3	69,6	66,6
Privada	1,7	0,9	0,4	0,3	27,9	22,6	17,5	13,5

Fonte: MEC/Inep.

ESTUDO DE CASOS: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), JEQUITINHONHA (MG), VILHENA (RO), PILÃO ARCADEO (BA) E SOBRAL (CE)

As questões expostas neste trabalho podem induzir opiniões generalizadas de que o problema da falta de sincronismo idade/série é mais proeminente nas Regiões Norte e Nordeste, nos municípios do interior e nas redes municipais de ensino. Deve-se ter o cuidado para não considerar esta questão como uma regra a ser seguida. Anteriormente já havia sido explicado que, por tratar-se de um conjunto bastante heterogêneo, não somente em termos geográficos e socioeconômicos, mas também na forma de gestão das redes de ensino, garantida pela LDB, a análise agregada dos dados educacionais pode encobrir resultados

promissores em localidades onde, a princípio, o comportamento dos indicadores educacionais deveria acompanhar a tendência do macro-contexto no qual estão inseridos.

Para demonstrar esse fato, foi realizado um estudo de caso com cinco municípios, sendo dois da Região Sudeste, um da Região Norte e dois da Região Nordeste.

Considerando as estatísticas do Censo Demográfico 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível caracterizar os municípios em estudo segundo a sua densidade demográfica, porcentual de população urbana, taxa de alfabetização e volume da matrícula inicial no ensino fundamental e no ensino médio (Tabela 22).

Tabela 22 – Estatísticas populacionais e matrícula inicial por município – 2000

Municípios	Características básicas			Matrícula inicial		
	Densidade demográfica (hab./km ²)	População urbana (%)	Taxa de alfabetização (%)	Ensino médio	Ensino fundamental	
					1 ^a a 4 ^a série	5 ^a a 8 ^a série
São José dos Campos (SP)	490,3	98,8	95,8	38.087	44.962	47.648
Jequitinhonha (MG)	6,5	70,2	70,0	942	3.549	2.084
Vilhena (RO)	4,7	94,4	91,5	2.494	5.985	6.208
Pilão Arcado (BA)	2,6	25,6	60,5	214	11.024	1.222
Sobral (CE)	73,2	86,6	75,5	4.795	21.416	17.911

Fonte: MEC/Inep e IBGE.

Destaca-se ainda outras diferenças entre os municípios selecionados, em termos de

infra-estrutura e rendimento, visando uma melhor caracterização da situação educacional (Tabela 23).

Tabela 23 – Estatísticas educacionais do ensino fundamental por município – 2000

Municípios	Ensino fundamental				
	Alunos atendidos em escolas com (%)		Escolas com energia elétrica (%)	Docentes com formação superior (%)	Taxa de aprovação ⁽¹⁾ (%)
	Laboratório de Ciências	Biblioteca			
São José dos Campos (SP)	50,4	80,4	100,0	73,9	94,6
Jequitinhonha (MG)	9,9	51,3	86,7	34,9	73,3
Vilhena (RO)	19,1	94,7	98,1	48,5	77,9
Pilão Arcado (BA)	-	11,7	36,2	0,7	62,9
Sobral (CE)	14,1	62,0	99,7	72,5	82,7

Fonte: MEC/Inep.

Nota:

⁽¹⁾ A taxa de aprovação é referente ao ano de 1999.

O quadro de sincronismo idade/série pode ser avaliado com os dados das Tabelas 24 e 25, quando é destacado o

comportamento dessa taxa no âmbito da rede de ensino municipal dos municípios em estudo.

**Tabela 24 – Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental
Região geográfica e município – Brasil – 1996-2001**

Regiões geográficas e municípios	Anos			
	1996	1998	2000	2001
Norte	62,3	62,0	55,6	52,9
Vilhena (RO)	37,4	38,5	31,1	29,3
Nordeste	65,7	65,1	59,8	57,1
Pilão Arcado (BA)	84,5	81,8	82,7	80,3
Sobral (CE)	67,1	62,3	50,3	44,0
Sudeste	34,8	34,4	27,0	24,0
São José dos Campos (SP)	26,1	21,1	12,5	9,8
Jequitinhonha (MG)	52,3	54,8	51,0	55,7

Fonte: MEC/Inep.

**Tabela 25 – Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental
Região geográfica e município – Rede municipal – Brasil – 1996-2001**

Regiões geográficas e municípios	Anos			
	1996	1998	2000	2001
Norte	67,6	67,0	59,4	56,8
Vilhena (RO)	40,4	40,4	31,7	31,5
Nordeste	72,8	70,4	63,1	60,1
Pilão Arcado (BA)	88,6	82,4	84,3	81,8
Sobral (CE)	87,4	73,2	57,5	43,2
Sudeste	40,2	37,7	28,8	26,7
São José dos Campos (SP)	18,2	15,1	8,0	7,0
Jequitinhonha (MG)	69,7	63,4	62,7	70,0

Fonte: MEC/Inep.

A questão da distribuição etária na matrícula da 1ª série do ensino fundamental, reflete os

contrastes existentes ainda no início do fluxo dos alunos e está apresentada na Tabela 26.

**Tabela 26 – Distribuição da frequência relativa acumulada da matrícula inicial
na 1ª série do ensino fundamental regular por idade
Município – 1998/2001**

Idade	Frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular (%)									
	Vilhena (RO)		Pilão Arcado (BA)		Sobral (CE)		Jequitinhonha (MG)		São José dos Campos (SP)	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
≤7	44,4	63,4	17,6	16,0	26,9	57,6	34,5	31,9	54,0	72,5
8	80,7	88,1	29,3	31,5	49,9	82,2	63,7	52,9	96,3	98,5
9	91,3	95,7	40,2	46,3	62,8	89,3	71,8	66,5	98,7	99,5
10	96,1	98,4	51,5	57,5	72,8	92,8	76,5	74,6	99,4	99,8
11	98,2	99,2	61,8	66,9	80,0	95,4	79,5	80,6	99,7	99,9
12	99,1	99,5	70,5	74,6	85,3	97,5	82,2	83,9	99,9	99,9
13	99,3	99,8	78,1	80,7	88,5	98,7	84,3	85,7	99,9	100,0
14	99,7	99,9	84,3	84,9	90,4	99,4	85,1	88,7	99,9	100,0
15	99,9	99,9	89,1	88,3	91,6	99,7	85,8	90,2	100,0	100,0
>15	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Inep.

Essa mesma distribuição pode também ser observada para os alunos matriculados na

rede municipal de cada um dos municípios em estudo (Tabela 27).

Tabela 27 – Distribuição da frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular por idade Município – Rede municipal – 1998/2001

Idade	Frequência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental regular (%)									
	Vilhena (RO)		Pilão Arcado (BA)		Sobral (CE)		Jequitinhonha (MG)		São José dos Campos (SP)	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
≤7	35,9	47,9	18,1	15,1	19,1	57,3	25,8	21,3	43,2	71,6
8	74,3	80,0	29,7	30,6	41,8	80,9	52,2	39,5	94,7	99,3
9	88,4	93,2	40,9	45,7	56,1	88,2	61,3	54,5	98,7	99,9
10	94,8	97,4	52,4	57,3	67,0	92,0	67,1	64,1	99,5	99,9
11	97,1	98,8	62,9	67,0	74,3	94,9	71,0	72,5	99,9	100,0
12	98,4	99,4	71,7	75,0	79,9	97,2	74,7	76,6	100,0	100,0
13	98,8	99,8	79,2	81,4	83,6	98,6	77,6	79,1	100,0	100,0
14	99,3	99,9	85,3	85,7	86,0	99,3	78,8	83,2	100,0	100,0
15	99,9	99,9	90,0	89,2	87,7	99,7	79,7	85,1	100,0	100,0
>15	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 28 – Porcentual de alunos com 15 anos de idade matriculados no ensino fundamental Região geográfica e município – Brasil – 1998-2001

Regiões geográficas e municípios	Anos		
	1998	2000	2001
Norte	91,0	89,3	88,1
Vilhena (RO)	77,6	73,0	72,0
Nordeste	91,4	90,3	88,8
Pilão Arcado (BA)	100,0	99,6	99,5
Sobral (CE)	89,2	85,6	88,4
Sudeste	74,6	70,8	68,4
São José dos Campos (SP)	65,7	54,7	55,2
Jequitinhonha (MG)	93,2	91,2	90,0

Fonte: MEC/Inep.

Região Sudeste versus São José dos Campos (SP) e Jequitinhonha (MG)

O município de São José dos Campos (SP), localizado próximo da capital paulista e com uma urbanização de 98,8% da sua população residente, apresentava uma densidade demográfica de 490,3 hab./km² e uma taxa de alfabetização de 95,8%. Por localizar-se numa área eminentemente industrial, 100% das suas escolas possuíam energia elétrica. A taxa de aprovação do ensino fundamental, em 1999, registrou um percentual de 94,6%, com 73,9% dos seus docentes com formação superior. As bibliotecas escolares estavam disponíveis para 80,4% dos alunos, e o laboratório de Ciências era uma realidade para 50,4% dos estudantes.

Com um contingente de alunos em torno de 93 mil no ensino fundamental e 38 mil no

ensino médio, e apesar de enfrentar os problemas típicos das grandes cidades, São José dos Campos detinha, em 2000, uma taxa de distorção idade/série para o ensino fundamental de 9,8%, valor bem inferior ao calculado para a Região Sudeste, onde se localiza, estimada em 24,0%. Para a rede municipal, essa taxa foi de 7,0% em 2001, alcançando um ganho de 11,2 pontos percentuais quando comparada com a do ano de 1996, que se encontrava em 18,2%.

No caso da 1ª série desse mesmo nível de ensino, enquanto a Região Sudeste registrava que, em 2001, 90,0% dos seus alunos tinham até 8 anos de idade, no município de São José dos Campos, também até essa mesma idade, já se encontravam 98,5% dos estudantes (Gráfico 4). Para a rede municipal, 99,3% dos alunos tinham até 8 anos de idade, não havendo alunos com mais de 11 anos de idade.

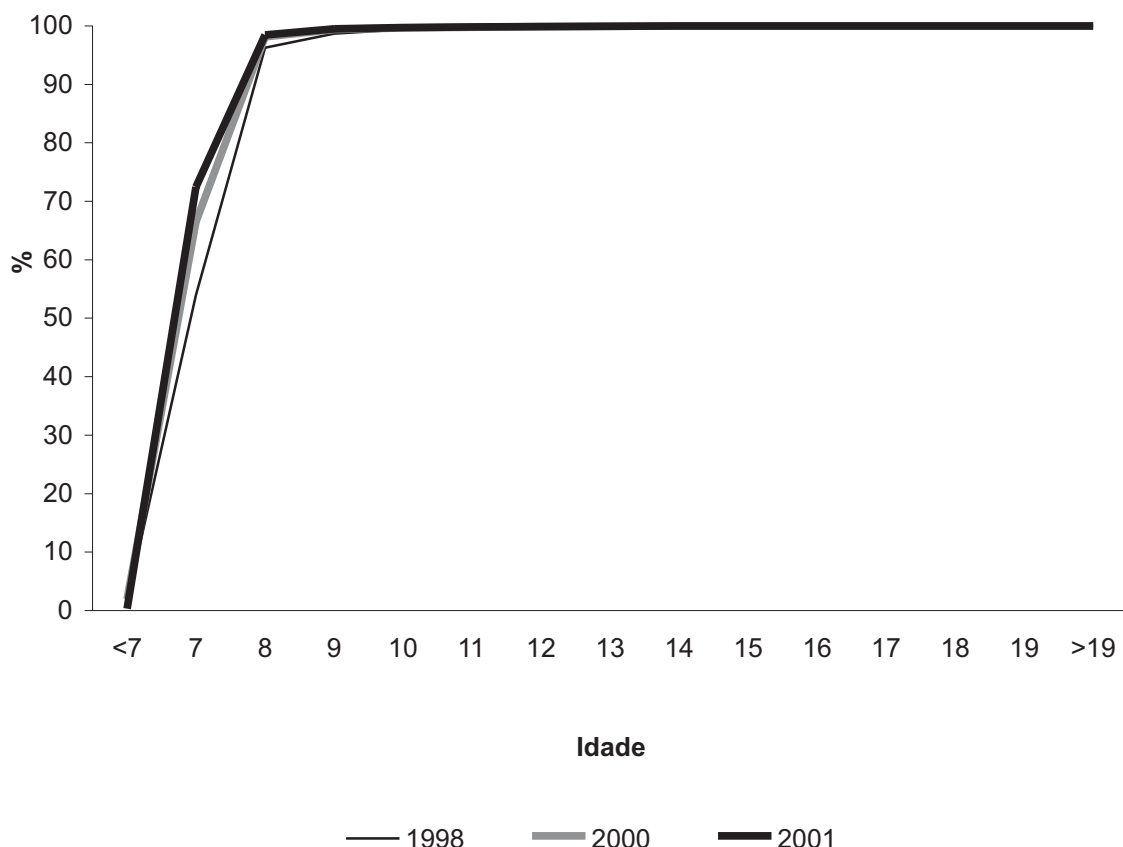


Gráfico 4 – Distribuição acumulada da idade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental

Fonte: MEC/Inep.

Quanto à distribuição da matrícula do ensino fundamental, nota-se um equilíbrio ao se comparar o volume de matrículas nos grupos de séries iniciais (1ª a 4ª) e finais (5ª a 8ª), demonstrando uma regularidade no fluxo escolar (Tabela 22).

Esse quadro se confirma quando se verifica que o ensino fundamental concentrava 55,2% da população de estudantes do município, com 15 anos de idade, sugerindo que grande

parte desses estudantes já estava iniciando o ensino médio (Tabela 28).

Analisando as medidas de posição das idades na rede privada (Gráfico 5), para o ano de 2001, confirma-se o que foi verificado anteriormente, ou seja, um grande sincronismo idade/série. Em São José dos Campos, as medidas de posição mediana e quartis se situam abaixo ou na linha da idade recomendada para cada série do ensino fundamental, o mesmo acontecendo para o ensino médio.

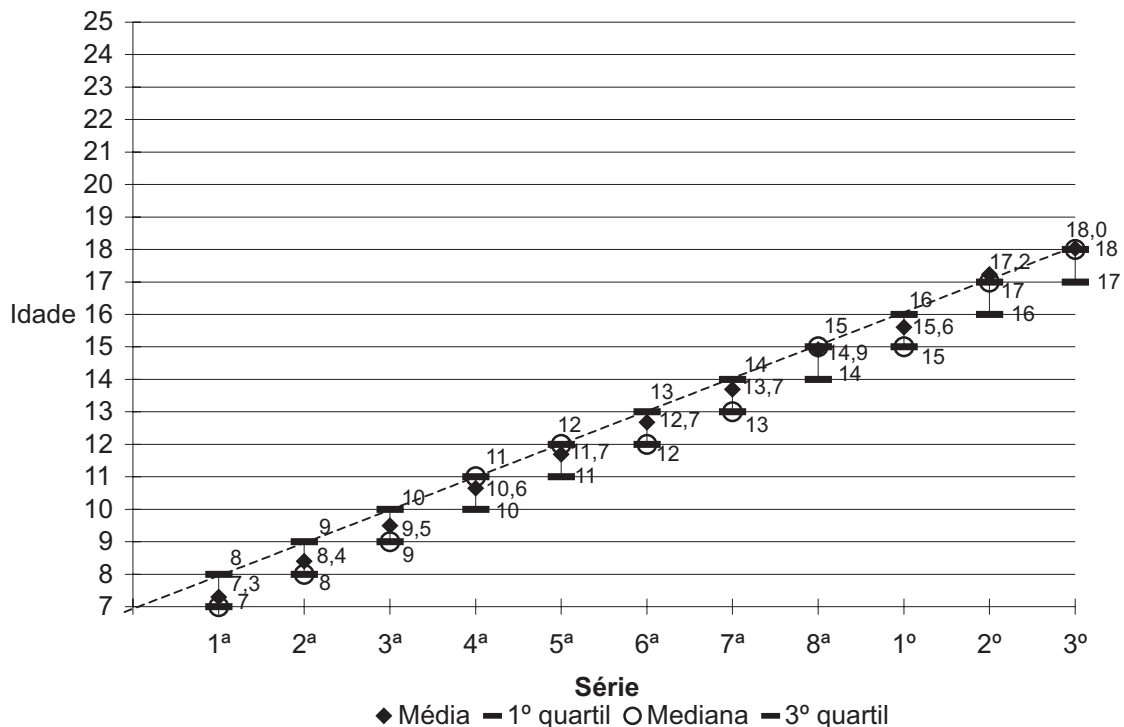


Gráfico 5 – Medidas de posição de idade no ensino básico na rede privada São José dos Campos-SP – 2001

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Quartis – As Medidas de Posição ou Medidas de Tendência Central são estatísticas que representam o fenômeno, no caso a idade, em seus valores médios. Entre as Medidas de Posição encontram-se a média, 1º quartil, 2º quartil (mediana) e 3º quartil. Para o cálculo dos quartis, a série de valores (idade) é ordenada de modo crescente, permitindo a divisão dela em quatro partes de igual tamanho. O 1º quartil delimita 25% dos primeiros valores, o 2º quartil ou mediana delimita 50% e o 3º quartil delimita 75%. O valor da média está representado com uma casa decimal.

Por outro lado, a situação do município de Jequitinhonha (MG), também localizado na promissora Região Sudeste, exige uma atenção especial. Instalado no Vale do Jequitinhonha, uma região com sérios problemas socioeconômicos, apesar de apresentar uma urbanização de 70,2%, o percentual de pessoas alfabetizadas com mais de 15 anos era de 70,0%. Com uma densidade demográfica de 6,3 hab./km² e uma população

estudantil de 5.633 alunos no ensino fundamental, o seu ensino médio registrou apenas 942 alunos, evidenciando uma desproporcionalidade numérica entre os dois níveis de ensino. Em termos de infra-estrutura, a energia elétrica atendia 86,7% das escolas de ensino fundamental. Somente a metade dos alunos desse nível de ensino tinha ao seu dispor a biblioteca escolar e apenas 9,9% tinha acesso

ao laboratório de Ciências. Com uma taxa de aprovação de 73,3%, os docentes com formação superior representavam apenas 34,9% daqueles que atuavam no ensino fundamental.

Esse quadro fica mais evidente quando se identifica que a grande maioria dos estudantes com 15 anos ainda estão freqüentando o ensino

fundamental, cerca de 90,0% (Tabela 28). Isto é o resultado da elevada taxa de distorção idade/série, que atinge, para esse mesmo nível de ensino, o valor de 55,7%, mais do que o dobro do calculado para a região geográfica onde está localizado o município, que obteve para o ano de 2001 a taxa de 24,0%.

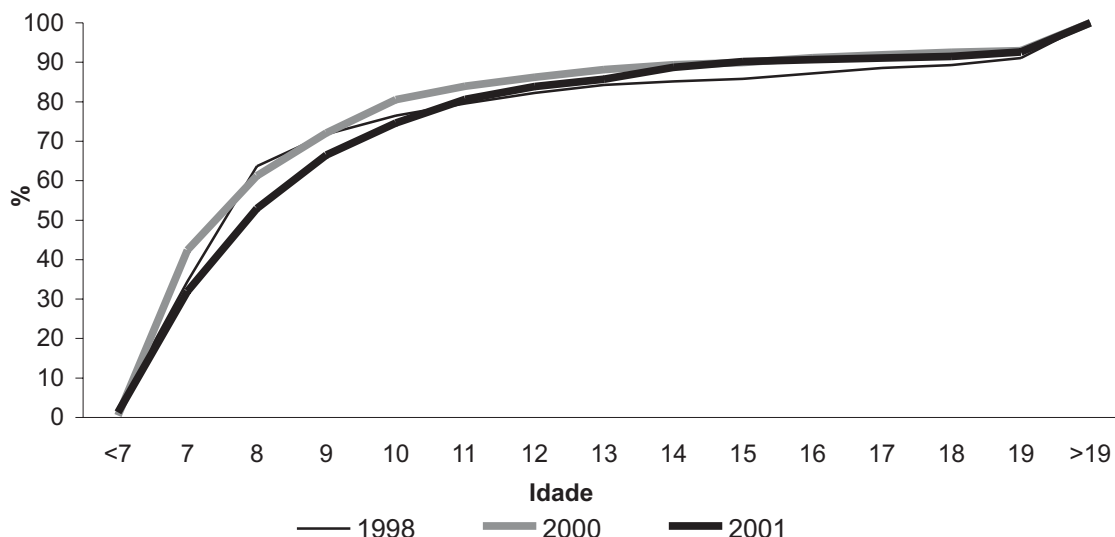


Gráfico 6 – Distribuição acumulada da idade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental – Jequitinhonha (MG) – 1998-2001

Fonte: MEC/Inep.

Apesar dessa situação desfavorável, a condição da rede de ensino privada do município de Jequitinhonha apresenta um grande contraste em termos de sincronismo, para o ano de 2001

(Gráfico 7). Com um atendimento voltado exclusivamente para 1ª a 4ª série, as medidas de posição da matrícula por idade e série tiveram um comportamento equivalente ao de São José dos Campos.

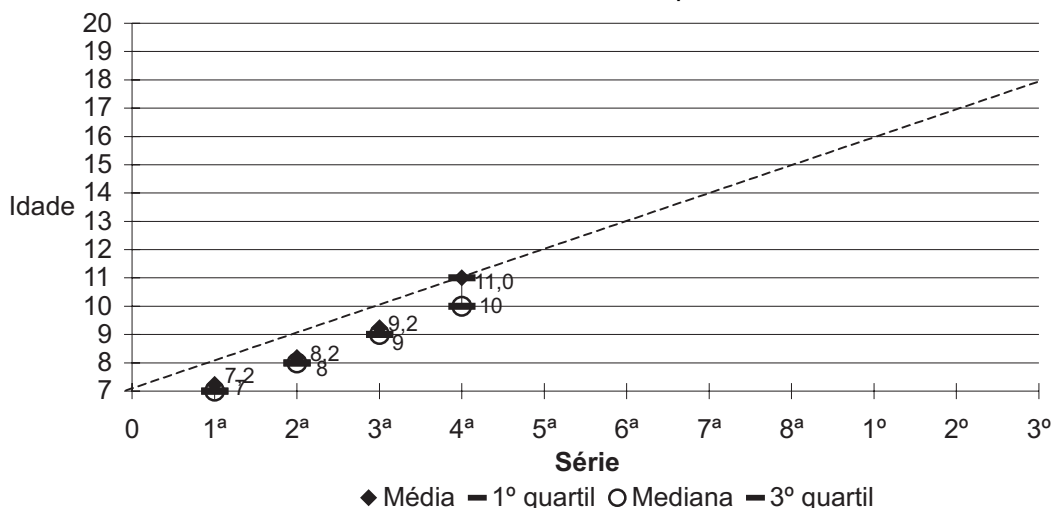


Gráfico 7 – Medidas de posição de idade no ensino básico na rede privada Jequitinhonha (MG) – 2001

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Quartis – As Medidas de Posição ou Medidas de Tendência Central são estatísticas que representam o fenômeno, no caso a idade, em seus valores médios. Entre as Medidas de Posição encontram-se a média, 1º quartil (mediana) e 3º quartil. Para o cálculo dos quartis, a série de valores (idade) é ordenada de modo crescente, permitindo a divisão dela em quatro partes de igual tamanho. O 1º quartil delimita 25% dos primeiros valores, o 2º quartil ou mediana delimita 50% e o 3º quartil delimita 75%. O valor da média está representado com uma casa decimal.

Em Jequitinhonha, 63% das matrículas do ensino fundamental concentravam-se nas séries iniciais (1ª a 4ª) em 2000, sugerindo alguma ineficiência do sistema educacional (Tabela 22).

Como se pode verificar, a estratégia de ataque às questões educacionais desses dois municípios, ambos localizados na Região Sudeste, exige ações diferenciadas para a superação dos seus problemas.

Região Nordeste versus Pilão Arcado (BA) e Sobral (CE)

O município de Sobral, localizado no norte do Estado do Ceará, possuía, em 2000, uma taxa de urbanização de 86,6% da sua população residente, uma densidade demográfica de 73,2 hab./km² e 75,5% de sua população de 15 anos ou mais alfabetizada. Sua rede de ensino atendia a 39.327 alunos no ensino fundamental e 4.795 no ensino médio (Tabela 22). Em 99,7% das escolas que ministravam ensino fundamental havia suprimento de energia elétrica. Para 62% dos alunos era garantido acesso à biblioteca escolar e para 14,1%, ao laboratório de Ciências. Os docentes com formação superior atuando no

ensino fundamental correspondiam a 72,5% do total, e a taxa de aprovação no município era da ordem de 82,7% (Tabela 23).

A taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, que era de 67,1% em 1996, decresceu para 44,0% em 2001, abaixo do percentual de 57,1% registrado para a Região Nordeste (Tabela 24). Na rede municipal essa tendência de melhoria é ainda mais surpreendente, quando, em 1996, essa rede de ensino registrava 87,4% e chegou em 2001 com uma distorção idade/série de 43,2%, isto é, uma queda de 44,2 pontos percentuais em apenas cinco anos (Tabela 25).

A expressiva melhoria pode ser também atestada quando se verifica a distribuição de freqüência relativa acumulada da matrícula inicial da 1ª série do ensino fundamental, por idade. Em 1998, apenas 49,9% dos alunos matriculados nesta série tinham até 8 anos de idade. Já em 2001, este contingente atingiu o percentual de 82,2%, ou seja, somente 17,8% dos alunos poderiam ser considerados como fora do sincronismo idade/série (Tabela 26). Essa melhoria pode ser creditada, em grande parte, à rede municipal de ensino, onde o percentual, nesse mesmo período, passou de 41,8% para 80,9% (Tabela 27).

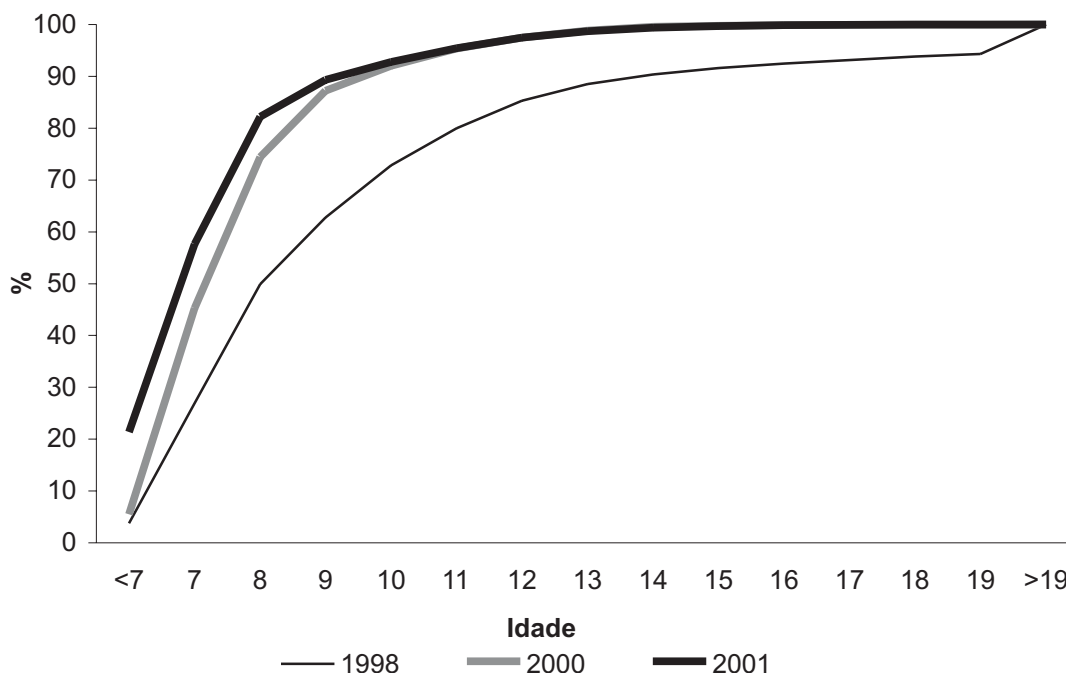


Gráfico 8 – Distribuição acumulada da idade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental – Sobral (CE) – 1998-2001

Fonte: MEC/Inep.

A rede de ensino privada do município de Sobral também segue a tendência das demais redes de ensino privada do País, com um elevado

índice de sincronismo, conforme indicam as medidas de posição da matrícula por idade e série (Gráfico 9).

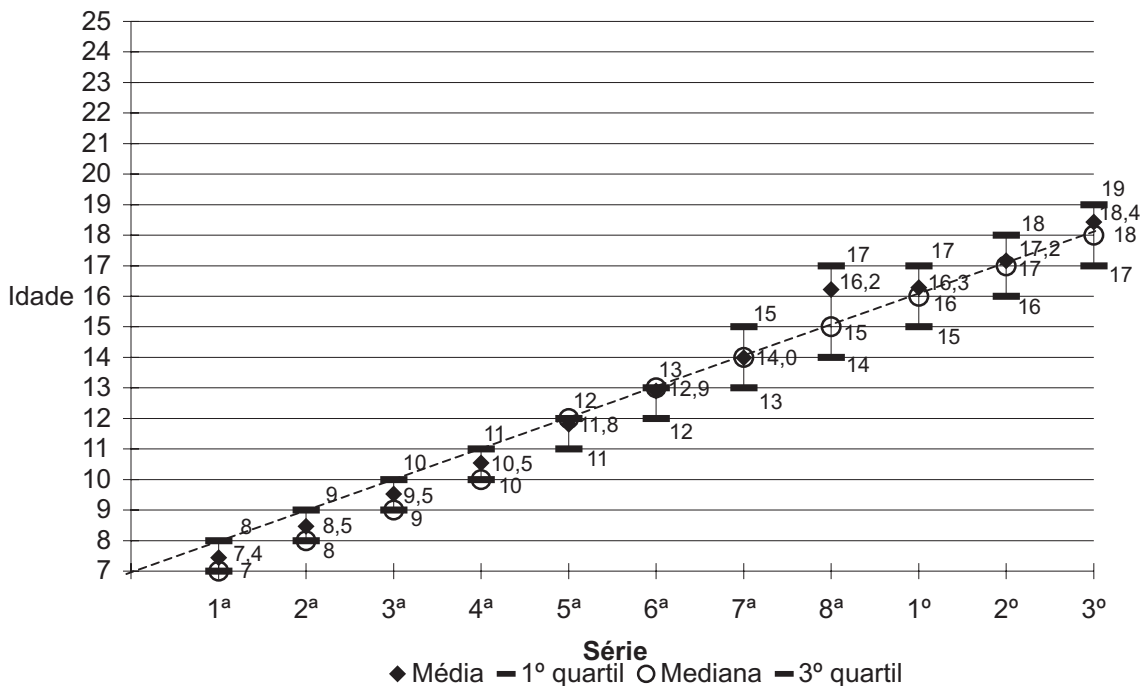


Gráfico 9 – Medidas de posição de idade no ensino básico na rede privada Sobral (CE) – 2001

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Quartis – As Medidas de Posição ou Medidas de Tendência Central são estatísticas que representam o fenômeno, no caso a idade, em seus valores médios. Entre as Medidas de Posição encontram-se a média, 1º quartil, 2º quartil (mediana) e 3º quartil. Para o cálculo dos quartis, a série de valores (idade) é ordenada de modo crescente, permitindo a divisão dela em quatro partes de igual tamanho. O 1º quartil delimita 25% dos primeiros valores, o 2º quartil ou mediana delimita 50% e o 3º quartil delimita 75%. O valor da média está representado com uma casa decimal.

O município de Pilão Arcado (BA), localizado em área de incipiente desenvolvimento socioeconômico, apresenta uma taxa de urbanização de 25,6% de sua população residente, densidade demográfica de apenas 2,6% hab/km² e percentual de pessoas alfabetizadas com 15 anos ou mais de 60,5%. Em 2000, a matrícula no ensino fundamental de 1ª a 4ª série era de 11.024. Apenas 1.222 alunos estavam matriculados nas séries finais (5ª a 8ª série) desse nível de ensino, sugerindo, por um lado, forte retenção nas séries iniciais e, de outro, talvez, uma carência na oferta de matrículas para essas séries no município. No ensino médio o número de matrículas era ainda mais reduzido, com apenas 214 alunos (Tabela 22).

Em termos de infra-estrutura, a energia elétrica supria somente 36,2% das escolas de ensino fundamental de Pilão Arcado. Nenhum aluno era atendido em escolas com laboratório de Ciências, e apenas 11,7% podiam desfrutar de biblioteca escolar. Somente 0,7% dos docentes tinha formação superior, o que poderia

estar corroborando para a pequena oferta de matrículas para séries finais do ensino fundamental. Em Pilão Arcado, esse nível de ensino apresentava taxa de aprovação de 62,9% (Tabela 23).

Pela situação apresentada, pode-se justificar a elevada taxa de distorção idade/série, de 80,3% em 2001, com comportamento praticamente estável desde 1996, contrastando com a mesma taxa relativa à Região Nordeste, de 57,1% (Tabela 24). A rede municipal de ensino em Pilão Arcado reflete, basicamente, a mesma tendência, com percentuais muito próximos (Tabela 25).

Pela freqüência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental, por idade, verifica-se que apenas 31,5% da matrícula correspondem a alunos de até 8 anos de idade, confirmando o quadro de distorção idade/série no município (Tabela 26).

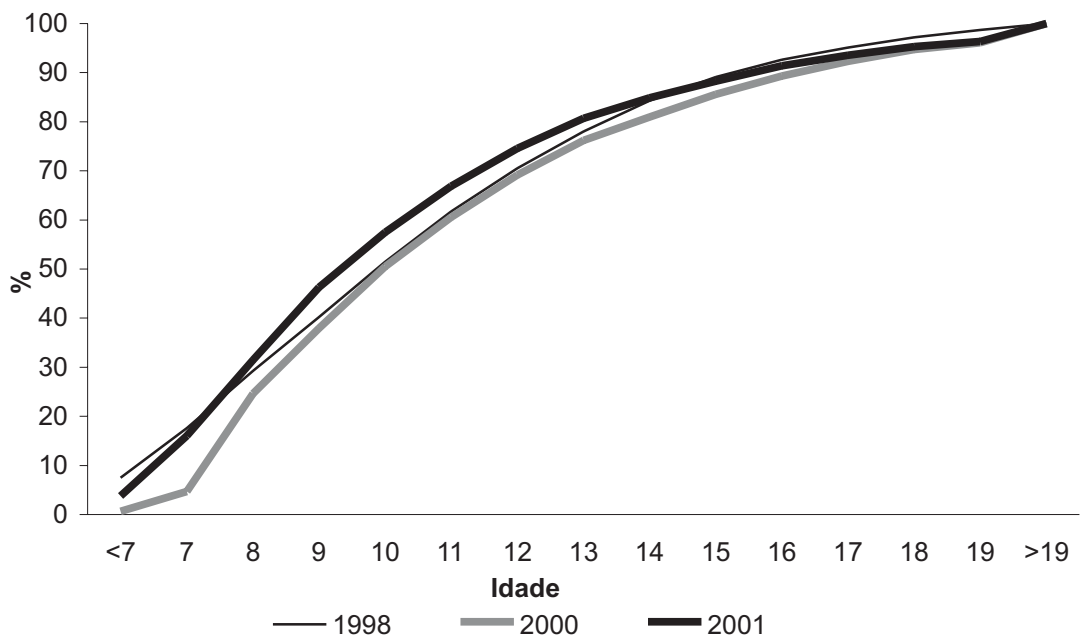


Gráfico 10 – Distribuição acumulada da idade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental – Pilão Arcado (BA) – 1998-2001

Fonte: MEC/Inep.

A rede de ensino privada do município de Pilão Arcado, oferecendo o ensino fundamental e ensino médio, não tem o mesmo comportamento das demais redes de ensino privada analisadas nesse estudo de caso. O bom

sincronismo idade/série nas séries iniciais do ensino fundamental deixa de existir de forma expressiva na 5ª série, provocando uma distorção significativa nas séries seguintes desse nível de ensino, com reflexo no ensino médio (Gráfico 11).

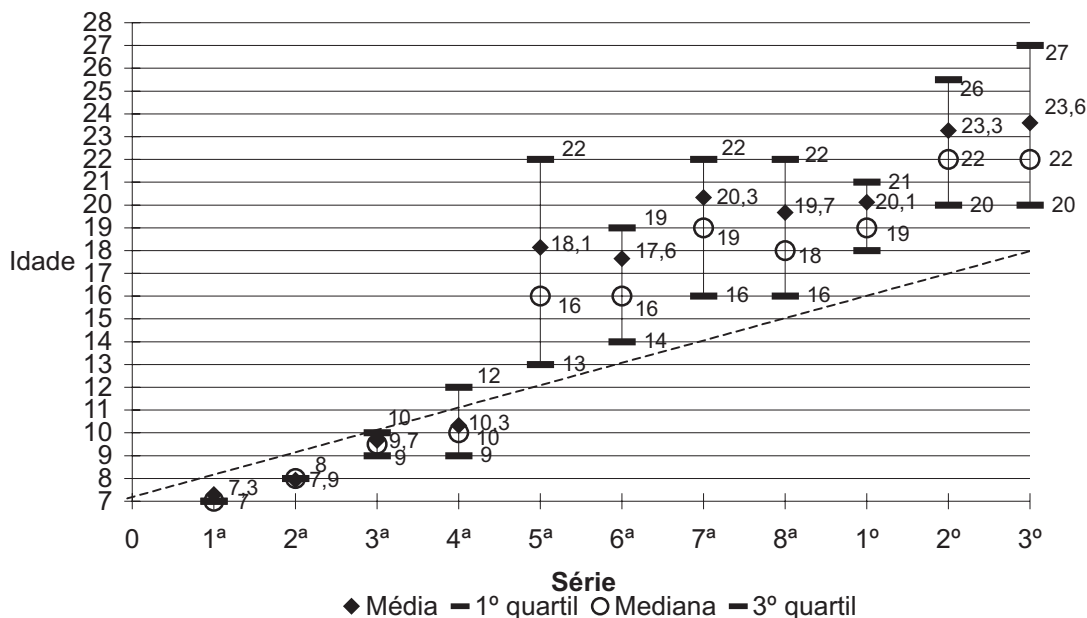


Gráfico 11 – Medidas de posição de idade no ensino básico na rede privada Pilão Arcado (BA) – 2001

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Quartis – As Medidas de Posição ou Medidas de Tendência Central são estatísticas que representam o fenômeno, no caso a idade, em seus valores médios. Entre as Medidas de Posição encontram-se a média, 1º quartil, 2º quartil (mediana) e 3º quartil. Para o cálculo dos quartis, a série de valores (idade) é ordenada de modo crescente, permitindo a divisão dela em quatro partes de igual tamanho. O 1º quartil delimita 25% dos primeiros valores, o 2º quartil ou mediana delimita 50% e o 3º quartil delimita 75%. O valor da média está representado com uma casa decimal.

Conforme visto anteriormente, municípios localizados em uma mesma região geográfica podem apresentar situações bem distintas em termos de indicadores educacionais.

Região Norte versus Vilhena (RO)

Em 2000, Vilhena, município de Rondônia, na divisa do Estado com Mato Grosso, tinha 94,4% de sua população residente localizada na zona urbana, uma densidade demográfica de 4,7 hab./km² e 91,5% de sua população de 15 anos ou mais alfabetizada. Sua rede de ensino atendia a 12.193 alunos no ensino fundamental e 2.494 no ensino médio (Tabela 22). Em 98,1% das escolas que ministravam o ensino fundamental havia suprimento de energia elétrica. Para 94,7% dos alunos era garantido acesso à biblioteca escolar e para 19,1%, o laboratório de Ciências. Os docentes com formação superior atuando no ensino fundamental correspondiam a 48,5% do

total, e a taxa de aprovação no município era da ordem de 77,9% (Tabela 23).

A taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, que era de 37,4% em 1996, decresceu para 29,3% em 2001, abaixo do percentual de 52,9% registrado para a Região Norte (Tabela 24). Na rede municipal essa tendência de melhoria se confirma, pois em 1996 essa rede de ensino registrava 40,4% e chegou em 2001 com uma taxa de distorção de 31,5% (Tabela 25).

Pela freqüência relativa acumulada da matrícula inicial na 1ª série do ensino fundamental, por idade, verifica-se que 88,1% da matrícula correspondem a alunos de até 8 anos de idade, configurando um quadro positivo em termos de sincronismo idade/série no município e demonstrando uma posição privilegiada em relação à Região Norte, onde apenas 61,3% do contingente de alunos da 1ª série possuíam até essa idade (Tabela 26 e Gráfico 12).

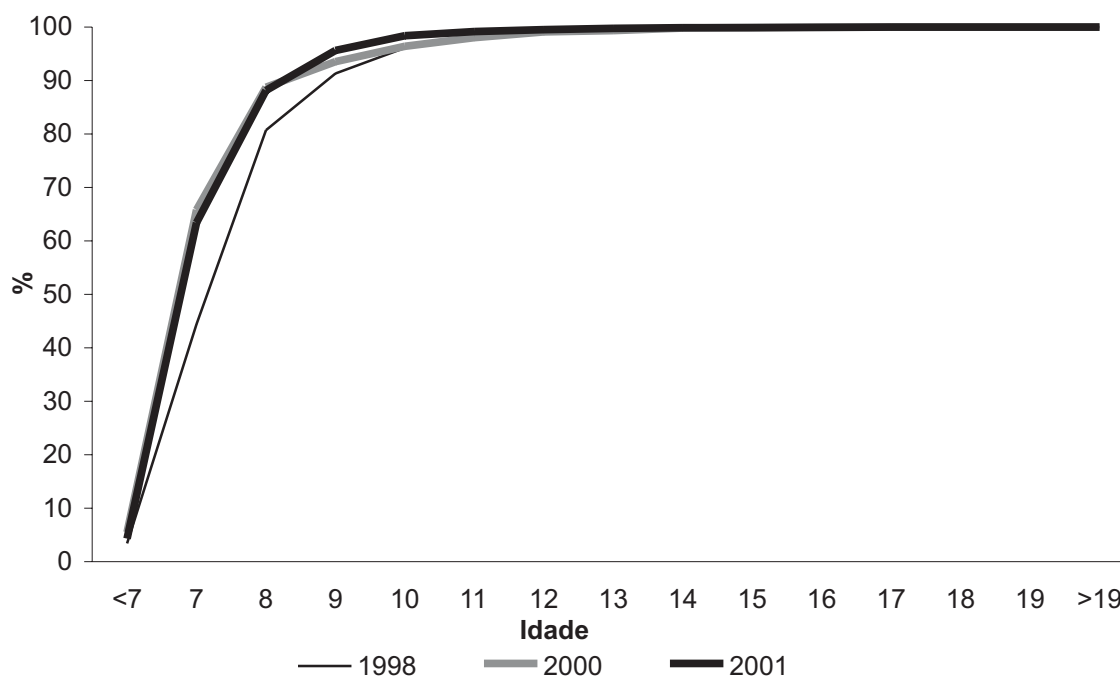


Gráfico 12 – Distribuição acumulada da idade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental Vilhena (RO) – 1998-2001

Fonte: MEC/Inep.

A rede de ensino privada do município de Vilhena, oferecendo o ensino fundamental e ensino médio, também segue a tendência das demais redes de ensino

privado do País, com um elevado índice de sincronismo, conforme indicam as medidas de posição da matrícula por idade e série (Gráfico 13).

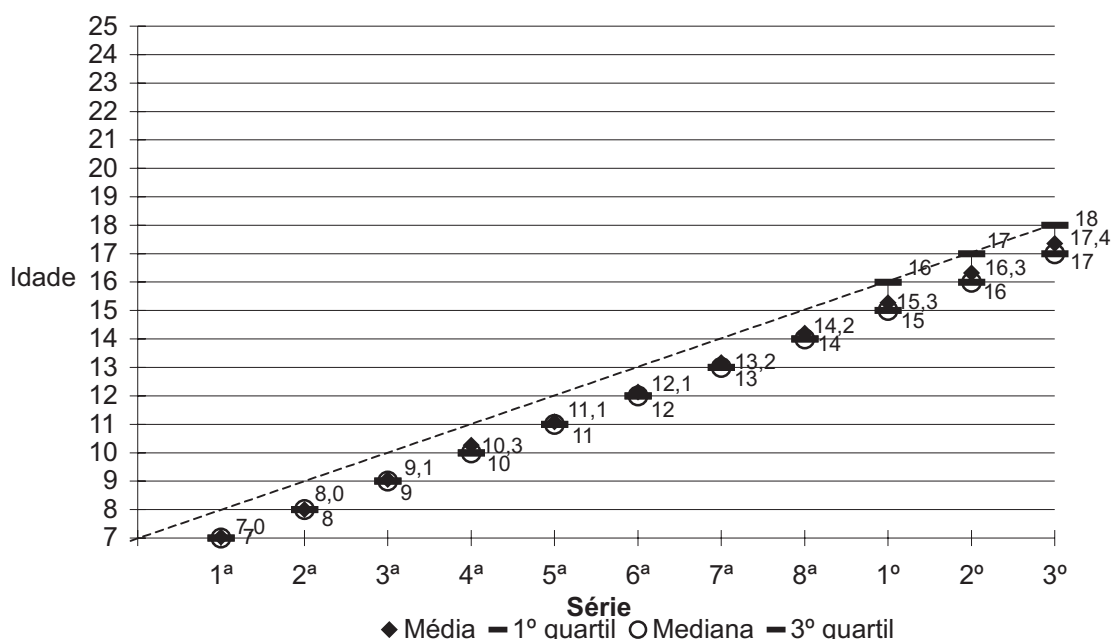


Gráfico 13 – Medidas de posição de idade no ensino básico na rede privada Vilhena (RO) – 2001

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: Quartis – As Medidas de Posição ou Medidas de Tendência Central são estatísticas que representam o fenômeno, no caso a idade, em seus valores médios. Entre as Medidas de Posição encontram-se a média, 1º quartil, 2º quartil (mediana) e 3º quartil. Para o cálculo dos quartis, a série de valores (idade) é ordenada de modo crescente, permitindo a divisão dela em quatro partes de igual tamanho. O 1º quartil delimita 25% dos primeiros valores, o 2º quartil ou mediana delimita 50% e o 3º quartil delimita 75%. O valor da média está representado com uma casa decimal.

Observa-se também, nesse município, um equilíbrio entre o contingente de alunos matriculados nas séries iniciais e finais do ensino fundamental (Tabela 22).

Mais uma vez consegue-se mostrar a heterogeneidade da situação educacional do País, sugerindo a existência de iniciativas inovadoras, em termos de gestão educacional, que estão refletindo na melhoria das condições educacionais locais.

Dessa forma, é razoável inferir que o bom desempenho de um sistema de ensino não se encontra exclusivamente relacionado com a localização geográfica da rede, já que verificamos situações inusitadas em municípios situados em regiões com baixas condições de desenvolvimento. A escola, fazendo parte de um município com gestores conscientes da utilidade do monitoramento da educação, capacitados na utilização de informações e na elaboração de um

planejamento sistematizado, oferecendo boas condições para o trabalho do professor, com alunos motivados e com o devido apoio familiar, é capaz de produzir excelentes resultados.

A conscientização da sociedade no sentido da mobilização social, envolvendo governo, família e professores, é a receita básica para a melhoria da condição educacional do País, levando à superação dos nossos desafios.

A conquista de melhores índices de produtividade no sistema educacional é a meta, e o resgate, com qualidade, do sincronismo idade/série na rede pública de ensino é uma necessidade.

CONCLUSÃO

Falamos muito, neste artigo, sobre o processo de transformação que o sistema

educacional do Brasil está passando – transformação no sentido da implantação de políticas de enfrentamento, deixando de lado um grande período de imobilidade, no qual o discurso do governo federal era de que o problema da educação básica era responsabilidade dos estados e municípios e, por outro lado, os estados e municípios clamavam por uma participação mais efetiva do governo federal. De fato, o gerenciamento da educação básica no Brasil, por preceito constitucional, é de responsabilidade dos estados e municípios, que têm autonomia sobre seus sistemas de ensino. Ainda de acordo com a Constituição, essas instâncias de governo têm o dever de aplicar 25% da receita líquida de impostos em educação. Diante da legislação vigente, pode-se afirmar que o Brasil não tem seu sistema educacional subordinado a uma única política, considerando o grau de descentralização em que está organizado. O termo “transformação” foi usado para contemplar uma série de ações recentes fomentadas ou implementadas em parceria entre todas as esferas públicas de governo.

O Fundef talvez seja a iniciativa de maior impacto, já que, aliado a programas como “Toda Criança na Escola” e “Bolsa Escola”, fez retornar ao sistema muitos alunos que o haviam abandonado, certamente com problemas de distorção idade/série. Os indicadores mostrados neste artigo deixam claro que a produtividade na educação poderá melhorar em breve se a escola conseguir manter esses alunos no sistema educacional e assegurar-lhes condições de sucesso. Esse talvez seja o grande desafio da escola brasileira nos dias de hoje.

As pesquisas indicam que um dos principais elementos para um bom rendimento do aluno é um bom professor. E o que seria, ou o que contribuiria para se ter ou para se formar bons professores? Para citar algumas características, um bom profissional nessa área seria alguém que não soubesse apenas trabalhar o conteúdo, mas que também se preocupasse com a formação de cidadãos, que não só queira que o aluno aprenda, mas que o ensine a aprender, estimulando na formação de seu raciocínio crítico. Para que possa cumprir essas finalidades, é necessário que o professor esteja sempre se atualizando, seja devidamente formado e treinado e esteja preparado para se adaptar às novas conjunturas

e metodologias de ensino, que esteja bem motivado, principalmente através da sua valorização profissional do magistério, e que tenha boas condições de trabalho.

Contudo, o bom rendimento de um aluno não depende apenas de um bom professor. Outros elementos importantes encontram-se relacionados diretamente ao aluno: a formação, a estrutura e o apoio que o jovem recebe da família também são necessários para que ele consiga cumprir o seu papel com responsabilidade. Isso inclui boa formação moral, saúde, monitoramento e acompanhamento por parte dos pais ou dos responsáveis, além de estímulo e esclarecimento adequados com relação à importância do compromisso e da disciplina para com o estudo formal. Pais mais bem esclarecidos tendem a formar e dar melhor estrutura aos seus filhos. Análises a partir de resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) mostram que há uma forte relação entre o desempenho do aluno e a escolaridade dos pais, e essa variável, por sua vez, tem relação com a condição socioeconômica familiar.

Outro fator que contribui para o bom desempenho escolar do aluno é a infra-estrutura oferecida pela escola. Quem não se orgulha em dizer: “Essa é a *minha* escola!”? O sentimento positivo de propriedade no, ainda, restrito universo infanto-juvenil faz da escola uma extensão do ambiente doméstico, em termos materiais e afetivos, representando um dos principais marcos de referência na orientação, proteção e até mesmo na educação não-formal da criança e do adolescente. Ela permite que ele tenha acesso às novas tecnologias e instalações (laboratórios, quadras de esporte, biblioteca, videocassete, computador, entre outras), que, muitas vezes, as condições familiares não possibilitam. A escola também desempenha a integração e a socialização da comunidade, no momento que promove festas comemorativas, torneios esportivos, gincanas e competições educativas, motivando a permanência do aluno no seu seio.

Nas séries iniciais, na maioria das redes de ensino dos Estados e municípios, caminha a passos largos a melhoria do sincronismo idade/

série, resultado da melhoria das taxas de rendimento e transição de fluxo escolar. Esse processo foi desencadeado em meio às políticas de inclusão. É preciso que se tenha claro que agora são necessárias “políticas de manutenção” e “políticas de qualidade” que estimulem os alunos, que lhes dêem perspectivas. Nesse sentido, o Programa de Renda Mínima, nomeado pelo governo federal de Bolsa Escola, se encaixa perfeitamente e de forma inédita, atingindo-o diretamente. Cabe salientar, entretanto, que esse programa alcança apenas a população de 6-15 anos, que em 2001 representava 84,4% dos alunos do ensino fundamental, beneficiando apenas aqueles pertencentes a famílias carentes. Uma criança que preencha essa condição, iniciando sua vida escolar na idade adequada, terá chance de concluir esse nível de ensino com uma “bolsa” garantida. No entanto, grande contingente de alunos nessa faixa etária, matriculados no ensino fundamental, não está na série adequada à sua idade, evidenciando o problema do atraso escolar. Para se ter idéia da atual produtividade do sistema educacional brasileiro, estima-se que, dos alunos que ingressam no ensino fundamental, 61,1%¹¹ conseguem concluir esse nível de ensino e 50% têm mais de 15 anos de idade. Em média, o aluno concluinte do ensino fundamental tem 16,5 anos, além do que, esses indicadores apresentam diferenças bastante significativas entre as regiões brasileiras.

Outro aspecto que cabe destaque é a implantação das classes de aceleração para

“acertar o passo” dessa clientela do ensino fundamental e, também, o programa de fomento à expansão do atendimento em Educação de Jovens e Adultos, programa “Recomeço”.¹² Essa modalidade de ensino talvez seja a forma mais adequada para o atendimento de jovens acima de 18 anos, proporcionando um ambiente escolar entre colegas da mesma idade e uma orientação didático-pedagógica mais apropriada a essa clientela, fato esse que certamente influenciaria positivamente em termos de motivação e auto-estima, favorecendo o ganho no desempenho escolar.

O problema está aí. O desafio também: buscar garantir o sucesso escolar às crianças e aos jovens brasileiros ao tempo em que o ensino oferecido tenha padrão de qualidade.

Pudessem tantas teses, tantos textos (alguns inteligentes) chegar aos gestores daquelas redes de ensino naqueles municípios nos cantos mais longínquos deste País... Pudessem esses textos sensibilizá-los... Pudessem todo o recurso chegar a estas escolas e ser usado com eficiência... Pudessem o magistério exercer o antigo charme que um dia teve entre os jovens profissionais da área... Pudessem a escola e a família ter condições mínimas para orientar e manter esses brasileiros, a fim de dar-lhes uma perspectiva cidadã... Quem há de dizer não consistir nisto a principal prioridade do País?

¹¹ O cenário considera a manutenção das taxas de transição de fluxo escolar calculados para 2000.

¹² Programa de apoio a Estados e municípios para a educação fundamental de jovens e adultos (Recomeço – Programa Supletivo).

